



## REGISTO DE ENTRADA

N.º \_\_\_\_\_ PROC. N.º \_\_\_\_\_

DATA 200\_\_/\_\_\_/\_\_\_

O FUNC.º \_\_\_\_\_

### CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Pedido de informação prévia respeitante a trabalhos de remodelação de terrenos e outras operações urbanísticas  
(Art.º 14.º do D.L. n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro)

Ex.º Sr. Presidente

(1) \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, contribuinte fiscal n.º \_\_\_\_\_, portador do Bilhete de Identidade n.º \_\_\_\_\_ emitido em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ pelo Arquivo de Identificação de \_\_\_\_\_, com residência/sede n.º (2) \_\_\_\_\_, n.º \_\_, \_\_.º andar, na localidade de \_\_\_\_\_, (código postal) \_\_\_\_-\_\_\_\_, freguesia de \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, fax \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, na qualidade de (3) \_\_\_\_\_.

Requer a V. Ex.ª, ao abrigo do disposto no art.º 14.º do D.L. n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, a informação prévia sobre a viabilidade de realizar a seguinte operação urbanística e respectivas condicionantes legais ou regulamentares:

Realização de Operação Urbanística referente a \_\_\_\_\_,

Trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por PMOT

que se pretende no prédio sito em \_\_\_\_\_ Freguesia de \_\_\_\_\_ deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º \_\_\_\_\_, da freguesia de \_\_\_\_\_ e inscrito na matriz predial  rústica  urbana sob o artigo n.º \_\_\_\_\_, que confronta a Norte com \_\_\_\_\_, a Sul com \_\_\_\_\_, a Nascente com \_\_\_\_\_ e a Poente com \_\_\_\_\_

O prédio encontra-se abrangido por :

PDM  Em área com PU \_\_\_\_\_  Em área com PP \_\_\_\_\_

Pelo alvará de loteamento n.º \_\_\_\_\_  Em área não abrangida por PMOT

Dado não ser o proprietário do prédio, nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 14.º, informo que o mesmo pertence a :

(1) \_\_\_\_\_, com residência/sede n.º (2) \_\_\_\_\_, n.º \_\_, \_\_.º andar, na localidade de \_\_\_\_\_, (código postal) \_\_\_\_-\_\_\_\_, freguesia de \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_; (1) \_\_\_\_\_, com residência/sede n.º (2) \_\_\_\_\_, n.º \_\_, \_\_.º andar, na localidade de \_\_\_\_\_, (código postal) \_\_\_\_-\_\_\_\_, freguesia de \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_; juntando, para o efeito, cópia da Certidão da Conservatória do Registo Predial.

Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 14.º do RJUE, solicita-se que a informação prévia contemple especificamente os seguintes aspectos, em função dos elementos apresentados:

- A volumetria e implantação da edificação cêrcea e implantação da edificação e dos muros de vedação;
- Condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente;
- Programa de utilização das edificações, incluindo a área bruta de construção a afectar aos diversos usos e o número de fogos e outras unidades de utilização;
- Infra-estruturas locais e ligação às infra-estruturas gerais;
- Estimativa de encargos urbanísticos devidos;
- Áreas de cedência destinadas à implantação de espaços verdes, equipamentos de utilização colectiva e infra-estruturas viárias.

*Nota Aplicável a obras de construção, alteração ou ampliação em área não abrangida por plano de pormenor ou operação de loteamento*

### Espaço reservado a informações e despachos dos serviços

Pede deferimento,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 200 \_\_\_\_

O requerente, \_\_\_\_\_

Conferi a assinatura pelo B.I. n.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Funcionário \_\_\_\_\_

Gestor do Procedimento:

Contacto: 244

Horário: das 16H00 às 17H30

e-mail: \_\_\_\_\_@cm-mgrande.pt

Atendimento ao público\*: \_\_\_\_\_

(\*Com marcação prévia)

### Lista de documentos instrutórios

Para os devidos efeitos, anexa os seguintes documentos (assinalados com X), nos termos do previsto nos art.ºs 4.º e 6.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março:

Documentos comuns a qualquer das operações urbanísticas:

- Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito;
- Certidão da descrição de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao(s) prédio(s) abrangido(s);
- Fotografias a cores de diferentes ângulos de observação do local em que se insere a pretensão;
- Cópia dos documentos instrutórios em suporte digital, contendo a georeferenciação da implantação;
- Termo de responsabilidade dos autores dos projectos, acompanhados de documento comprovativo da sua inscrição em associação pública de natureza profissional, nos termos do art.º 10.º do RJUE;
- Planta à escala 1:25 000 e 1:2 000, com indicação precisa do local da pretensão, dos limites do prédio e da construção (art.º 9.º RMEU).

Documentos específicos:

**Trabalhos de remodelação de terrenos e outras operações urbanísticas, em área abrangida por PMOT**

- Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão e indicando a área objecto do pedido;
- Planta à escala de 1:2500 ou superior e, quando exista plano municipal de ordenamento do território, extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respectivas plantas de condicionantes, bem como da planta de síntese do loteamento, quando exista, com a indicação precisa do local onde se situa o edifício objecto do pedido;

- Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território (quando exista e estiver em vigor)
- Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação
- Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica adequada relativa à situação actual e à decorrente da execução da operação urbanística.

**Trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por PMOT:  
(para além dos anteriormente descritos)**

- Extracto da carta da Reserva Agrícola Nacional abrangendo os solos que se pretende utilizar ou, quando esta não existir, parecer sobre a capacidade de uso, emitido pelos serviços competentes para o efeito;
- Extracto da carta da Reserva Ecológica Nacional com a delimitação da área objecto da pretensão ou, quando esta não existir, parecer emitido pelos serviços competentes;